

Senhor ministro, senhor subcontrolador-geral, senhoras e senhores conselheiros, senhoras e senhores.

Independentemente da identificação e formação de culpa de indivíduos e de interesses específicos implicados em negócios escusos nas relações entre Executivo, Legislativo, partidos políticos e empresas públicas e privadas, os fatos e circunstâncias constatados ou suspeitados no âmbito da presente crise evidenciam vulnerabilidades graves que afetam tanto a estrutura institucional do Estado quanto os processos administrativos de entes públicos. Elas têm sido apontadas há anos por estudiosos e observadores, entre os quais a entidade que represento.

Caso essas vulnerabilidades não sejam corrigidas, é tão certo quanto o nascer do Sol que a mera substituição de pessoas culpadas ou suspeitas em partidos, governos, parlamentos e no setor privado nada mais conseguirá do que sua substituição por novos protagonistas que, ao encontrar as mesmas condições que propiciaram os malfeitos do presente, receberão os mesmos incentivos e, com a mesma probabilidade, praticarão as mesmas ações.

Buscar e apontar as vulnerabilidades objetivas propiciadoras da corrupção e propor medidas corretivas para o aperfeiçoamento do arcabouço legal e dos processos internos dos entes estatais é a própria razão de ser deste Conselho. É em estrita observância a essa missão que a Transparência Brasil submete à discussão algumas iniciativas concretas tendo em vista sua proposição ao Executivo, ao Legislativo e à sociedade em geral.

Entre as vulnerabilidades que o arcabouço do Estado evidencia com clareza cristalina encontram-se (e menciono apenas algumas, sem remotamente esgotar o tema): 1) a excessiva liberdade de nomeação de pessoas para ocupar cargos de livre provimento na estrutura do Estado, liberdade essa que governos das três esferas empregam para efetuar a partilha das estruturas sob sua responsabilidade entre diferentes interesses, os quais, a partir daí, montam estruturas de captação fraudulenta de recursos; 2) a não-obrigatoriedade de cumprimento do Orçamento, dando lugar a negociações escusas entre o Executivo, o Legislativo e interesses privados; 3) a debilidade e descoordenação das estruturas de acompanhamento e controle tanto no âmbito de cada poder e esfera administrativa quanto entre esferas e poderes.

No sentido de atacar essas fraquezas, instamos este Conselho a solicitar da Secretaria Executiva que, em prazos a serem discutidos, mas de todo modo curtos, desenvolva o arcabouço de

algumas medidas para discussão subsequente neste organismo, eventualmente aproveitando projetos já em tramitação no Congresso Nacional. São elas, e sem prejuízo de outras sugestões propostas pelos conselheiros:

1. Projeto de lei (ou emenda constitucional) reduzindo drasticamente a quantidade de cargos de livre provimento nos três poderes e nas três esferas, de forma escalonada no tempo.
2. Emenda constitucional tornando obrigatório o cumprimento integral dos Orçamentos aprovados pelas instâncias legislativas das três esferas.
3. Emenda constitucional estabelecendo patamares para a autonomia política e administrativa de municípios.
4. Estudo de medidas legais e administrativas destinadas a tornar realidade o disposto no Art. 5º, Inciso XXXIII da Constituição Federal, que garante a toda pessoa acesso a informações detidas pelo Estado.
5. Introdução na lei 8666/93 de artigo criando, nas esferas federal e estadual, Câmaras de recurso administrativo para exame de editais de licitações e decisões subsidiárias, compostas paritariamente pelo setor público e por setores de fornecedores e de representação da sociedade civil. As conclusões de tais Câmaras, sempre publicadas na Internet, teriam caráter de aconselhamento da autoridade condutora da licitação.
6. Estudo voltado para a prospecção de alternativas menos vulneráveis à corrupção para as atuais modalidades de licitação de "técnica" e de "técnica e preço".
7. Recentemente, o Executivo federal baixou diversas normas e regulamentos tendentes a melhorar seus processos de controle interno. Gostaria de usar desta oportunidade para reiterar aquilo que já declaramos à imprensa, a saber, nossa convicção quanto à alta relevância daquelas medidas. No intuito de colaborar para o aperfeiçoamento ulterior dos mecanismos de acompanhamento e controle interno nos entes do Estado, a Transparência Brasil realizou estudo a respeito, o qual resultou em diversas sugestões que, na sequência, passarei ao ministro e aos conselheiros.
8. Outro tema que, acreditamos, é bastante importante diz respeito às informações detidas pelo Estado e que, se mais bem empregadas, poderiam detectar com presteza uma infinidade de irregularidades. Em particular, refiro-me aos dados recolhidos pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). Gostaria de sugerir que se

examine o marco regulatório do COAF, tendo em vista a proposição de aperfeiçoamentos, em específico relativos a providências a serem tomadas a partir das informações que esse órgão recebe da rede bancária dando conta de movimentações sistemáticas de alto vulto, em espécie.

Gostaria ainda de exortar este Conselho a **não** discutir o tema da reforma política e do financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, temas que já se encontram em debate mais amplo no Congresso e na sociedade.

Finalizo com dois assuntos administrativos.

1. Tendo em vista dar-se oportunidade para que sugestões engendradas nesta reunião do Conselho sejam discutidas com a máxima amplitude possível, gostaria de sugerir que sua pauta fosse modificada de acordo.

2. De modo a cumprir com suas responsabilidades, este Conselho deve ter funcionamento continuado. Transformar em proposições concretas as idéias que aqui se desenvolverem é função da Secretaria Executiva. Para que esta possa desempenhar seu papel, é necessário que seja munida de servidores a ela dedicados com exclusividade. É escusado dizer que não vai nisso nenhuma espécie de crítica à atuação do secretário executivo, mas a simples assinalação de uma necessidade objetiva.

Brasília, 20 de julho de 2005.

Do decreto de criação do Conselho

O Conselho de Transparência tem como finalidade **sugerir e debater medidas de aperfeiçoamento dos métodos e sistemas de controle e incremento da transparência** na gestão da administração pública, e **estratégias** de combate à corrupção e à impunidade.

Compete ao Conselho:

Contribuir para a **formulação das diretrizes da política de transparência da gestão de recursos públicos e de combate à corrupção;**

Sugerir projetos e ações prioritárias;

Sugerir procedimentos que promovam o aperfeiçoamento e a integração das ações de combate à corrupção;

Realizar estudos e estabelecer estratégias que fundamentem **propostas legislativas e administrativas** tendentes a maximizar a transparência da gestão pública e o combate à corrupção e à impunidade.

Inicialmente, gostaria de esclarecer qual é a posição adotada pela Transparência Brasil em relação ao financiamento eleitoral. Consideramos que o modelo de financiamento em vigor no Brasil sobrefavorece o poder econômico, distanciando o acesso das camadas populares à representação eleitoral. O modelo reforça e operacionaliza a disparidade de renda verificada no país, a segunda pior do mundo. Uma forma de minorar as diferenças de acesso à representação política é a introdução do financiamento público de campanhas eleitorais. Somos, portanto, a favor disso.

Contudo, não somos a favor da exclusividade do financiamento público, primeiro porque consideramos que o cidadão deve ter o direito de contribuir financeiramente para campanhas eleitorais, e segundo, e principalmente, porque isso não evitaria o financiamento privado. Existem muitas formas de estimular a contribuição individual de pequena monta, fortalecendo a participação partidária de cidadãos, empregando para esse fim recursos públicos. Diversos países o fazem.

No que interessa a esta Comissão, importa discutir a relação entre o financiamento de campanhas e a corrupção. Ouve-se com demasiada frequência, em especial nos últimos dias, que o financiamento eleitoral privado estaria na raiz da corrupção e que a adoção do financiamento público exclusivo, aliado à votação em listas fechadas, eliminaria o interesse individual de candidatos. Com isso, o Caixa 2 acabaria, e com ele as motivações para a corrupção de alto coturno.

Não acabaria, sendo a lógica do argumento particularmente frágil. O atual escândalo gira em torno de Caixa 2 **partidário**. Em quê, precisamente, o financiamento público exclusivo alteraria a motivação de partidos (ou mesmo de candidatos majoritários) na busca de recursos ilícitos? Deveria ser óbvio que um tal mecanismo de financiamento, exclusivamente público, estimularia o Caixa 2 partidário em vez de coibi-lo. Os financiamentos por cima do pano, hoje legais, seriam jogados para a ilegalidade. Assim, de quebra, perderíamos a visibilidade, admitidamente parcial, sobre os interesses em jogo em eleições. Os financiamentos continuariam a existir, agora completamente invisíveis.

Isso ocorreria porque as motivações da corrupção são antes econômicas do que eleitorais. A contribuição de uma empresa ao Caixa 2 de um partido, de um político ou para os bolsos de servidores do Estado reunidos em quadrilha – e não há nenhuma diferença entre essas situações, ao contrário do que se pretende impingir – ou é investimento para retorno escuso futuro ou é o pagamento da propina devida por um benefício materializado. Não há outra possibilidade.

O benefício aos interesses privados implicados vem na forma de contratos superfaturados provenientes de licitações direcionadas, do perdão ou redução de dívidas e multas previdenciárias e tributárias, da promulgação de regulações que beneficiam inteiros setores econômicos, da leniência na fiscalização de contratos, de achaques para a concessão de licenças, da omissão cúmplice de agências reguladoras e de uma multidão de outros mecanismos fraudulentos. Os artífices desses mecanismos são indivíduos livremente nomeados para ocupar cargos ditos “de confiança”. A adoção de financiamento público exclusivo de campanhas não mudará uma vírgula nesse estado de coisas.